

## UMA NOVA ORDEM ECONÓMICA MUNDIAL?

por Mário Soares

Desde há décadas, na segunda metade do século passado, que nos meios progressistas se falava da necessidade de uma nova ordem económica mundial. Sempre em vão. Desta vez, em plena crise global – que não terminou, insisto – no encontro dos G 20 que teve lugar, há três dias, em Pittsburgh, na América do Norte, a convite de Barack Obama, mas à margem das Nações Unidas, note-se, Gordon Brown decretou, no encerramento da Cimeira, que foi “criada uma nova ordem económica mundial para lidar com os problemas financeiros e económicos mundiais”, que abrange ou coordena, ao que parece, o F.M.I. (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

Que verdade existe nesta declaração surpreendente do primeiro ministro britânico, Gordon Brown? Responderia que tem uma parte ou meia verdade. O G20 tem vinte países membros dos mais ricos da terra, que representam 85% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial. É bastante considerável. Entraram os países emergentes: Brasil, Índia, China, para além da Rússia, Arábia Saudita, Argentina, Japão, África do Sul, Indonésia, México, Turquia, Austrália, e os tradicionais Canadá, Estados Unidos, União Europeia (França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha) e o presidente da Comissão Europeia. Foi um amplo alargamento, desde o G7 e, depois, G8. Precisamente mais doze países membros vindos dos 5 Continentes, mas tendo como países islâmicos apenas a Arábia Saudita, uma teocracia plutocrática, a Indonésia e a Turquia. O que é manifestamente pouco, para uma organização que se propõe ser “o governo financeiro e económico do Mundo”. Faltam os outros cento e sessenta e tal países membros da ONU!

Claro que esta “nova ordem” não definiu com suficiente clareza quais as políticas financeiras e económicas susceptíveis de criar, na expressão de Obama, um novo paradigma de desenvolvimento. E não ultrapassou velhas divergências entre os países ditos desenvolvidos e os países emergentes. A economia de casino está longe de ter sido ultrapassada: não se reduziram os prémios bilionários e escandalosos dos gestores das grandes empresas (incluindo os bancos), nem se acabou, como se dizia, com os “paraísos fiscais”, nem se criaram os mecanismos de fiscalização necessários para evitar as grandes corrupções. E, sem isso, não será possível ultrapassar a crise.

No entanto, no plano diplomático, deu-se um passo em frente (importante) pondo a dialogar países tão diferentes como os Estados Unidos, a China, a Alemanha, o Japão, a Rússia, o Brasil, a Índia, a África do Sul e a Indonésia.

O documento final – divulgado na íntegra pelo El País, de domingo passado – tem um preâmbulo que parte da premissa (polémica) de que os países signatários se comprometeram a garantir a recuperação, a reparar os sistemas financeiros e a manter o fluxo global de capitais. E que “tudo funcionou” (o que é igualmente polémico). Estamos cá para ver. O documento afirma, aliás, que os signatários não vão permitir um retorno ao que a banca vinha fazendo. É caso, para os crentes dizerem: “Deus os oiça!”

Quanto às conclusões, contêm alguns princípios simpáticos, mas vagos: “deve fazer-se mais contra as práticas abusivas do mercado” (sem se indicar quais e como); “importa fortalecer a regulação do sistema financeiro internacional” (sem também se indicar como); “o Banco Mundial e os bancos regionais deverão reforçar a coordenação entre si”; “não se deve estimular o retorno às práticas que levaram à crise”; e, finalmente, que “se deve fomentar a transparência das estruturas de compensação”. Tudo boas intenções. Mas será que os G20 estarão resolvidos a passar das palavras aos actos?

Finalmente, ocuparam-se da “segurança energética e das mudanças climáticas” – que irão ser discutidas e, depois, tomadas medidas peremptórias, em Copenhaga, em Dezembro próximo – “prometendo trabalhar para que a recuperação seja duradoura, sustentável e verde”. Prometem ainda trabalhar para que a Ronda de Doha (respeitante à Organização Mundial do Comércio, onde não houve acordo entre os “desenvolvidos” e os “emergentes”), possa terminar com êxito em 2010, “sendo imperativo permanecerem unidos contra o protecçãoismo”.

A próxima Cimeira do G20 será no Canadá, em Junho de 2010 e na Coreia do Sul, em Novembro do mesmo ano. Tratou-se de um passo importante com excelentes intenções. Veremos se o tempo – e a crise – obrigarão os 20 a ter bom senso e a cumprir as promessas...

Afeganistão, Iraque e Irão. Obama está a fazer o que pode, em múltiplas frentes, na linha estruturada do seu pensamento humanista, idealista e progressista. Mas o Mundo dos grandes interesses e a resistência do conservadorismo, do belicismo e da violência organizada, no interior da América e no exterior, coligados, tudo fazem para o travar e tentar desacreditar. Parece que uma parte do Mundo quer que tudo fique na mesma e teme, acima de tudo, as mudanças necessárias. E, entretanto, tudo cai em cima de Obama...

Dos três países citados que estão, por razões diferentes, na actualidade mais actual, das últimas semanas, o Iraque parece ser o menos problemático. Embora se saiba que os Estados Unidos vão retirar de lá as suas tropas. Contudo, tudo leva a crer, dadas as dificuldades crescentes, que não será tão rápido quanto se supunha. É caso para perguntar: Quem alimenta a violência? Onde vêm as armas e o dinheiro para sustentar o terrorismo latente?

O Afeganistão, como tenho escrito nesta coluna, é hoje um problema muito mais difícil ainda de resolver do que o Iraque. O envolvimento da NATO, na invasão de um país que nunca foi vencido (nem por britânicos, nem por soviéticos, nem por americanos) foi um erro colossal que pode ter como consequência o descrédito total daquela organização, que sempre pretendeu ser defensiva. Há que encontrar uma saída – que não é fácil. Mas uma coisa é certa, não é pela guerra que se poderá encontrar.

Finalmente, o Irão. A teocracia está a exagerar. As eleições revelaram um descontentamento enorme. O Povo desceu à rua e manifestou-se com coragem e exuberância. Foi reprimido com violência, que não esquece. E agora surgiu mais uma central nuclear, com lançamento de mísseis de longo alcance. Um perigo enorme. Os ocidentais reagiram. Mas não só. A Rússia e a própria China também estão preocupadas. Atenção: o mundo quer paz, não guerra! O Povo iraniano sabe isso, por experiência própria.

As eleições de 27 de Setembro deram uma incontestável vitória ao PS e a José Sócrates. Perdeu a maioria absoluta, é certo, como se esperava. Mas depois de ter tudo – e todos – contra ele – todos os partidos e as diversas corporações de interesses sectoriais (professores, magistrados, polícias, agricultores, uma parte dos funcionários públicos e alguns Sindicatos, que imprudentemente entraram na política, até quase ao último dia) – conseguiu obter uma maioria relativa, o que não pode deixar de ser considerado uma grande vitória. Daí a alegria indisfarçável do PS, que celebrou a vitória, em unidade e com genuíno entusiasmo.

Contudo, com a ponderação do dia seguinte, há que reconhecer, com isenção, que houve outros vencedores: o PP de Paulo Portas que, inesperadamente, chegou a terceiro partido, ao contrário do que previam todas as sondagens e atingiu a almejada percentagem simbólica dos dois dígitos (10,5%); e o Bloco de Esquerda que, ficando bastante aquém das expectativas anunciadas, dobrou o número de deputados no Parlamento, o que é considerável e importante.

Quanto à CDU, avançou ligeiramente – o que nos tempos que correm não é mau – e, em percentagem de votos e de deputados eleitos não ficou muito atrás do Bloco (7,88% para 9,85% e 15 deputados para 16). Por fim, o PSD só teve uma derrota porque durante toda a campanha não se cansou de anunciar a vitória sobre o PS, como uma inevitabilidade. Manuela Ferreira Leite, com a sua rigidez e a raiva contra o PS – e o Sócrates, em especial – saiu das eleições, obviamente, fragilizada. Contudo, como vamos entrar de imediato na campanha das autárquicas, é de esperar que os “barões” adiem para depois o inevitável ajuste de contas.

E agora? Temos pela frente dois desafios imediatos: as eleições autárquicas importantíssimas, dentro de duas semanas, isto é: amanhã; e a constituição do novo Governo, sob a presidência de José Sócrates, uma vez indigitado pelo Presidente da República e realizadas as consultas que prometeu fazer a todos os partidos com assento parlamentar. Nesse sentido, quanto a mim, não tem que ter pressa.

Note-se que vivemos uma crise global que está longe de ser superada. A reunião do G20, em Pittsburgh, como escrevi acima, deixou quase tudo em aberto. Os próximos meses, até ao fim do ano, serão decisivos e Portugal – membro prestigiado da União Europeia e da CPLP – não pode deixar de ter isso em conta, desenvolvendo uma diplomacia interventiva e inovadora.

Mas há outra questão que me preocupa – e deve preocupar os portugueses – a fragilização política do Presidente da República e o seu silêncio, quando mais precisamos de saber o que pensa e como tenciona exercer as suas funções constitucionais de “moderador e árbitro”.

E, depois, há a questão preocupante da governabilidade, que é o que mais interessa aos portugueses. Reconheça-se que Sócrates é hoje um outro homem: maduro, experiente, dialogante, contido, informado e competente. Exactamente o contrário da imagem que toda a Oposição à Direita e à Esquerda lhe tentou colar até ao dia das eleições. Um erro imperdoável em que o Povo Português não incorreu. Felizmente.

Mas agora, na situação presente, Sócrates deve dar mais um salto em frente: tem que mostrar flexibilidade, jogo de cintura, paciência e capacidade de diálogo, com todos os partidos, sem excepção. Governar sem maioria absoluta é outra coisa. É a prova de ser um grande estadista, com a adaptabilidade que as circunstâncias difíceis, sob todos os aspectos, lhe vão exigir. Estou certo que vai conseguir. Mas, atenção, as responsabilidades são partilhadas: os Partidos com assento na Assembleia têm também novas e sérias responsabilidades. Não lhes basta protestar. Os comícios – e houve alguns até ao fim - acabaram na noite eleitoral. O País está farto deles. Agora, são precisas ideias e propostas concretas, exequíveis e inovadoras. Porque Sócrates, como primeiro ministro, terá sempre uma arma absoluta: a apresentação ao Parlamento de uma moção de confiança ou novas eleições, se a não conseguir.

Lisboa, 29 de Setembro de 2009